



Prática civil – Aula I

Sandro Gilbert Martins*

Processo

Classificação dos processos

O Código de Processo Civil (CPC) prevê e regula três tipos de processos: de conhecimento (Livro I – arts. 10 a 565), de execução (Livro II – arts. 566 a 795) e cautelar (Livro III – arts. 796 a 889). Os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária (Livro IV – arts. 890 a 1.210) são, como o procedimento comum, subespécies do processo de conhecimento.

Processo de conhecimento

É o instrumento pelo qual o Estado-juiz toma conhecimento da pretensão das partes por intermédio da petição inicial e da resposta do réu e reconhece, mediante a prolação de uma sentença de mérito (CPC, art. 269, I), qual das partes tem razão. Subclassifica-se de acordo com a natureza do provimento pretendido pelo autor em:

- processo meramente declaratório (visa apenas à declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, exemplo: declaração da incidência ou não incidência de um tributo – sentença meramente declaratória);
- processo condenatório (quando o autor busca a condenação do réu pela violação de um direito, exemplo: indenização por perdas e danos – sentença condenatória);
- processo constitutivo (visa buscar um provimento jurisdicional que constitua, modifique ou extinga uma relação ou situação jurídica material, exemplo: renovatória de aluguel – sentença constitutiva).

* Mestre e Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Advogado.

Processo de execução

Possui como fundamento um título executivo, judicial ou extrajudicial. A execução de títulos executivos judiciais, relacionados no artigo 475-N do CPC, tem como fim fazer cumprir as sentenças proferidas no processo de conhecimento ou outras situações a esta equiparadas. Já nos títulos extrajudiciais, a execução destina-se a satisfazer as obrigações assumidas entre as partes, através de documentos públicos ou particulares como: o cheque, a duplicata, a nota promissória, a letra de câmbio, os contratos de hipoteca, de penhor e outros relacionados no artigo 585 do CPC.

Processo cautelar

Esse processo tem como pressupostos básicos o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Refere-se às medidas de caráter preventivo ou acautelatório que se fazem necessárias antes ou no curso do processo principal, ficando dependentes deste. Sua finalidade é assegurar a eficácia do processo principal. São exemplos de medidas cautelares: o arresto, o sequestro, a busca e apreensão, a justificação, a posse em nome de nascituro, a produção antecipada de provas (*ad perpetuam rei memoriam*) entre outros.

Toda medida cautelar não se reveste de caráter definitivo, é caracterizada pela provisoriedade, portanto tem duração de um espaço temporal limitado.

Essas três espécies de processos se desenvolvem por meio de formalidades processuais distintas, fixadas no CPC, e recebem a denominação de procedimentos, sendo este o nosso próximo assunto.

Procedimentos

O processo é uma unidade como relação processual em busca da pretensão jurisdicional. O procedimento é o rito, é a forma sequencial e organizada de fases pela qual o processo se desenrola, pode assumir diversas feições ou modos de ser. Se o rito não for especial será comum e, sendo comum, se não for sumário será ordinário. O critério é, pois, de eliminação, segundo a previsão legal.

O rito é especial por apresentar alguma peculiaridade que exigiu do legislador tratamento diferenciado. Por sua vez, o rito sumário apresenta-se mais concentrado, permitindo uma solução em menor tempo.

Processo de conhecimento

Fases processuais

De maneira didática, a doutrina identifica fases distintas no processo de conhecimento desenvolvido em primeiro grau de jurisdição.

Fase postulatória

Dispõe o artigo 2.º do CPC que nenhum juiz prestará tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais. A fase postulatória tem início com o pedido que o autor faz ao Estado para que lhe preste tutela jurisdicional na solução de um litígio ou demanda, por intermédio de uma petição inicial. Recebida a petição inicial, o juiz manda citar o réu, a quem é dado o direito de responder à pretensão do autor. A resposta do réu consiste em contestação, exceção e reconvenção. A seguir, para completar o contraditório, a contestação do réu é encaminhada ao autor para impugnação. Ainda, nessa fase, pode ocorrer o indeferimento da petição inicial, a intervenção de terceiros e a revelia.

Fase de saneamento do processo

Nessa fase, o juiz de posse da pretensão do autor, do contraditório do réu e das demais formalidades, faz exame da regularidade do processo, ordena diligências e supre eventuais nulidades ou irregularidades.

Ao lado da atividade saneadora, dependendo dos resultados alcançados, abrem-se possibilidades para o julgamento conforme o estado do processo. Assim, o magistrado *poderá* tomar as seguintes decisões:

- decidir pela extinção do processo com ou sem julgamento do mérito, se ocorrer uma das hipóteses esculpidas nos artigos 267 e 269 do CPC;
- indeferir a petição inicial dentro das condições do artigo 295 do CPC;
- decidir de maneira antecipada à audiência: a procedência ou improcedência do pedido do autor, e, se a demanda versar sobre direito disponível, promover a conciliação das partes.

Fase instrutória ou probatória

É constituída da produção de provas e da audiência de instrução e julgamento. Na audiência realizam-se os atos relacionados com a conciliação, com o depoimento de perito, com o depoimento pessoal das partes, com a inquirição de testemunhas e debates e, se for o caso, a sentença.

Se o juiz proferir sentença na audiência, a fase probatória se incorpora à fase decisória.

Fase decisória

Dá-se com a sentença depois de encerrada a instrução, ou antes, em determinados casos, como aqueles mencionados na fase de saneamento.

A sentença é o ato culminante do processo. O juiz, ao prolatar a sentença, esgota a jurisdição de primeira instância, cabendo à parte inconformada recorrer da decisão aos tribunais em instância superior.

Petição inicial

A petição inicial é a peça inaugural do processo pela qual o autor provoca o impulso da marcha processual. É a peça mais importante para o autor, pois nela o proponente, dentro dos requisitos legais, irá expor ao juiz os fatos e os fundamentos de seu pedido de prestação da tutela jurisdicional do Estado.

É bom lembrar que a petição inicial determina o conteúdo e a extensão do procedimento, faz nascer, com o despacho do juiz, a relação jurídica processual, induz, com a citação válida, a litispendência e determina, se não sobrevém restrição, o conteúdo e a extensão da própria sentença, pois o juiz não poderá decidir além (*ultra petita*), aquém (*citra petita*) ou fora (*extra petita*) do pedido. Nesse sentido, os artigos 128 e 460 do CPC são bastante claros.

Se o juiz indefere a petição inicial, extingue o processo sem julgamento do mérito, razão para que o autor possa apelar (CPC, art. 296). Se não apela, nada mais pode fazer. O que pode ocorrer é a propositura da mesma demanda, para que haja nova atitude do juiz.

Esboço da petição inicial – método e técnica de elaboração

Quem vai elaborar uma peça processual deve ficar atento ao método exigido por lei, à técnica a ser empregada e os critérios a serem utilizados.

O método nada mais é do que um roteiro que deverá ser seguido, para se alcançar, com eficácia e segurança, um determinado objetivo. O método de peticionar é imposto por lei, é o próprio artigo 282 do CPC. A lei determina quais as etapas ou requisitos a serem seguidos.

A técnica é o modo de realizar, de forma lógica e segura, uma finalidade prática; o método indica o que fazer e a técnica a ser utilizada.

O método a ser seguido é o mesmo para todas as peças processuais, porém a técnica é individual; cada profissional do direito criará o seu estilo, seu modo de redigir. Nesse sentido, podemos notar a importância da redação forense para o exercício da advocacia.

O método está esculpido nos requisitos legais, ou seja: competência, qualificação das partes, fatos e fundamentos jurídicos (mérito), provas, pedidos, local, data e assinatura.

Requisitos legais da petição inicial

Endereçamento e competência

O profissional do direito, ao elaborar qualquer peça processual, deverá, em primeiro lugar, indicar o juízo ou tribunal competente para a propositura de seus objetivos. Essa parte da peça denomina-se *cabeçalho*.

As referências às autoridades serão antecedidas pelo tratamento devido a cada uma delas. Para exemplificar: no caso do delegado de polícia e do escrivão de cartório, antecipa-se pelo tratamento de *ilustríssimo*; juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores, de *excelentíssimo*; tribunais, de *egrégio*; câmaras e turmas de cada pretório, de *colenda*. A peça inicial ou o recurso de competência dos tribunais serão dirigidos aos seus respectivos presidentes.

A forma de endereçamento, geralmente, é feita com letras maiúsculas. É aconselhável que o endereçamento seja escrito por extenso.

Qualificação das partes

A qualificação das partes, do autor e do réu, deve ser individualizada e completa da melhor forma possível. Devem ser, portanto, anotados cuidadosamente, nomes, prenomes, nacionalidade, estado civil, profissão, documentos pessoais com os respectivos números (RG, CPF etc.), local de residência e domicílio (rua, número da residência, bairro, cidade e CEP). Ao mencionar o advogado como procurador, deve ser feita men-

ção de que está ele devidamente constituído por procuração, indicar a Seção da OAB à qual pertença, o número de sua inscrição e o endereço completo do escritório profissional no qual receberá intimações (CPC, art. 39).

Fatos e fundamentos jurídicos

Trata-se da causa de pedir. Será necessária a transcrição dos fatos descritos na questão. Talvez não todos, mas aqueles vinculados à pretensão que deve ser tutelada nos termos exigidos no exame. Os fundamentos não correspondem aos textos legais, mas, sim, às consequências jurídicas que se atribuem aos fatos descritos.

Pedido e suas especificações

O pedido define qual a tutela buscada frente ao Estado-juiz (declaratória, condenatória, constitutiva etc.) e qual o bem da vida perseguido frente ao réu (certeza, reparação etc.). O pedido delimita a atividade jurisdicional (CPC, art. 128).

O pedido poderá ser: certo e determinado, genérico, alternativo, sucessivo ou cumulativo, conforme estabelece o CPC (arts. 286 a 294). Outros pedidos podem ainda ser feitos, como o da tutela antecipada (art. 273) ou o da tutela específica (arts. 461 e 461-A).

Provas

Não é admitido o requerimento genérico de provas. É preciso que o autor especifique como pretende demonstrar os fatos alegados na inicial de modo que, expressamente, requeira a prova documental, testemunhal, pericial, o depoimento pessoal do réu sob pena de confesso entre outros. *Em se tratando de rito sumário, a peça inaugural deverá, caso seja do interesse do autor nesses tipos de prova, apresentar o rol de testemunhas e os quesitos da perícia.*

Citação

A propositura da ação somente produzirá efeitos após a citação válida (CPC, art. 219). A citação é ato importante para a formação da relação processual, por isso funciona como pressuposto processual de existência e validade. Uma vez citado, o réu poderá responder ao feito. Não havendo contestação, o réu será revel (art. 319).

Valor da causa

O valor da causa deverá constar, obrigatoriamente, da petição inicial. É de fundamental importância para a determinação do procedimento a ser adotado, se ordinário

ou sumário, sendo referência, também, para fixação da base de incidência das custas judiciais e dos honorários advocatícios a serem pagos pelo vencido. Sua falta enseja determinação de emenda da inicial (CPC, art. 284), sob pena de indeferimento.

É importante saber o correto valor a ser dado à causa, cujo erro, falta de atenção etc., pode levar o réu a impugnar o valor dado pelo autor (CPC, art. 261). Não havendo impugnação, no prazo da contestação, presume-se aceito o valor atribuído à causa.

Assim, o critério de fixação do valor da causa pode ser legal ou estimativo. Legal é aquele que se encontra descrito em lei (CPC, arts. 259 e 260) e o estimativo nos casos não estabelecidos expressamente na lei, revertendo-se em valor fixado pelo autor.



Dicas de Estudo

Técnica da Petição Inicial, de Nelson Palaia, editora Saraiva.

Modelo de petição inicial (processo de conhecimento)

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara Cível (*de Família, da Fazenda Pública etc.*) da Comarca de _____.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de _____.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____ Vara Cível do Foro Central (*Regional*) da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da ____ Vara Federal da Subseção Judiciária da Cidade de _____, Seção Judiciária do Estado do _____.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do _____.

(*espaçamento de 10 a 12 linhas*)

Fulano de Tal, brasileiro, estado civil, profissão, portador do RG n.º _____, inscrito no CPF/MF sob n.º _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do _____, na Rua _____, n.º _____, vem respeitosamente perante este Juízo, por meio de seu advogado adiante assinado (procuração anexa), com escritório profissional na Av. _____, n.º _____, na cidade de _____, Estado do _____, onde recebe intimações para o foro em geral, **propor**

Ação de Indenização por Rito Sumário com Pedido de Benefício da Assistência Judiciária Gratuita com Pedido de Antecipação de Tutela

contra *Empresa Xxxxx Ltda.*, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, com sede na cidade de _____, Estado do _____, sito à Rua _____, n.º _____, na pessoa de seu representante legal, o que faz pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

Dos fatos

- Os fatos constam do texto da prova.